

As Filosofias Nacionais e a Questão da Universalidade da Filosofia

The National Philosophies and the Question of the Universality of the Philosophy

Leonardo Prota*

*Doutor em Filosofia - Universidade Gama Filho
Professor dos cursos de Especialização em
Filosofia Brasileira e de *Bioética* da Universidade
Estadual de Londrina.

Resumo

O autor afirma que, em termos da reflexão filosófica, o que existe na modernidade são as filosofias nacionais. Diante de tal constatação é necessário investigar em que consiste a universalidade da filosofia. O artigo aborda três aspectos: 1. A quebra da unidade lingüística na Europa e o surgimento das filosofias nacionais; 2. O processo de formação das principais filosofias nacionais; 3. A universalidade da filosofia e as filosofias nacionais. O autor conclui que são as filosofias nacionais que constituem a filosofia universal, assim como em outros tempos se julgou que fossem os sistemas os realizadores dessa universalidade.

Palavras-chave: filosofia moderna; filosofias nacionais; cultura e civilização; filosofia universal.

Abstract

The author affirms that, in terms of philosophical reflection, what exists in the modernity are the national philosophies. In face of this evidence it is necessary to investigate about the universality of philosophy. This article deals with three aspects: 1. the break of the linguistic unity in Europe and the appearance of the national philosophies; 2. the process of formation of the main national philosophies; 3. the philosophy universality and the national philosophies. The author concludes that the national philosophies constitute the universal philosophy, as well as, in other times, it was thought that the systems were the creators of universality.

Key words: modern philosophy; national philosophies; culture and civilization; universal philosophy.

Introdução

Estudando a história da filosofia moderna chegamos ao entendimento de que o que existe na modernidade são as filosofias nacionais. Essa constatação levou-nos a investigar *em que consiste a universalidade da filosofia*.

Quanto ao surgimento das filosofias nacionais, há vários fatores concomitantes que facilitaram esse fenômeno, tais como a constituição do Estado Moderno, a quebra da unidade lingüística, as mudanças ocorridas na filosofia moderna, em particular quanto às questões da origem do conhecimento, da autonomia da ciência e dos fundamentos da moral. Evidenciamos essas últimas questões suscitadas pela filosofia moderna, ou seja, a do significado da experiência para o conhecimento, em contraposição à filosofia medieval ocupada primordialmente com o conceito; e o do estatuto epistemológico da ciência, identificando se se trata de saber auto-suficiente ou se ele demanda uma fundamentação filosófica.

Abordaremos, portanto, os seguintes tópicos:

- 1) De que resulta a formação das filosofias nacionais;
- 2) Principais filosofias européias;
- 3) Em que consiste a universalidade da filosofia.

1 De que resulta a formação de Filosofias Nacionais

Antes de entrar no mérito da formação de filosofias nacionais é necessário mencionar os fatores que prepararam e facilitaram esse desfecho, em particular as mudanças da sociedade ocidental decorrentes da constituição do Estado Moderno.

Os estados modernos começam a se constituir com a transformação do feudalismo e o fortalecimento do poder centralizado. *O Estado Moderno corresponde a uma obra de centralização do poder político, em mãos de um único grupo de instituições, sem precedente na História do Ocidente.* Concluída a tarefa da centralização do poder, o Estado moderno dispunha do monopólio da força e submetia seus habitantes às suas leis. Na fase de sua implantação, ele destruiu os remanescentes da antiga ordem, inclusive o poder das comunas (municipalidades). Essa circunstância não impediu que, nos séculos seguintes, o exercício do poder fosse se firmando sobre bases democráticas. A consolidação do Estado centralizado não se fez acompanhar, automaticamente, da adoção de línguas nacionais, mas isso acabou acontecendo como parte da configuração de sua identidade.

Outro fator importante refere-se às mudanças ocorridas na Filosofia Moderna. A evolução cultural suscitou três

questões que os filósofos tiveram que enfrentar nos tempos modernos: saber como se fundamenta o conhecimento e qual o papel da experiência, investigar o estatuto epistemológico da ciência para identificar se se trata de saber auto-suficiente ou se ele demanda uma fundamentação filosófica e, finalmente, fundamentar a mora-lidade ocidental, descobrindo se ela necessita se escorar em alguma religião ou se pode encontrar suas próprias razões. A primeira questão a ser enfrentada foi a do significado da experiência para o conhecimento em contraposição à filosofia medieval ocupada unicamente com um saber conceitual. A filosofia medieval, realiza-se com as *disputationes* com vistas a obter *maior precisão conceitual*, isto é, *identificação de todos os ângulos possíveis segundo os quais o tema em debate poderia ser encarado*.

De uma análise mais detida a respeito dos problemas mencionados resulta que a questão com que se defrontou a meditação moderna dizia respeito a encontrar uma espécie de saber filosófico que desse conta da ciência, coisa que a Escolástica recusou-se a empreender de imediato.

O problema central, portanto, dizia respeito à admissão de uma nova forma de acesso a realidade. Pensava-se, inicialmente, que se tratava apenas de agregar o método indutivo ao método dedutivo consolidado pela Escolástica. Galileu antecipa o que poderia denominar-se de síntese da proposta empirista e da cartesiana. Por outro lado, não havendo proposta alternativa de substituição da Escolástica, deu-se uma abertura à incorporação do conceito de experiência no seio da própria Escolástica, notadamente através da obra de Francisco Suarez (1548-1617), que, no contexto da Segunda Escolástica espanhola, representa o esforço mais sistemático em prol da busca de um contato com a modernidade. Entretanto, Roma recusou de modo frontal esse caminho. Portanto, o encaminhamento na direção de filosofias nacionais diferenciadas resultou dessa radicalização.

2 Principais filosofias européias

Na análise do processo de formação das filosofias nacionais evidenciamos como elas se formam e quais as características distintivas, optando pela escolha de quatro filosofias européias que consideramos típicas: a filosofia inglesa, a alemã, a francesa e a italiana.

2.1 Filosofia Inglesa

A Filosofia inglesa parece ter sido muito marcada pelo projeto que lhe foi atribuído por Francis Bacon (1561-1626). Com a publicação do *Novum Organum* (1620), Bacon selava a sorte do aristotelismo e dotava os ingleses de uma alternativa, a *valorização da experiência*. A obra de Bacon foi batizada de nova filosofia e de filosofia experimental.

Por sua vez, John Locke, em seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, completa a proposta de Bacon, atribuindo um novo objeto à filosofia no mesmo espírito daquela proposta, isto é, centrada na noção de experiência; e Hume, no *Inquérito sobre o entendimento humano*,

dá maior aprofundamento à tese de Locke e avança a hipótese de que a ciência é de caráter probabilístico.

Assim, na segunda metade do século XVIII, o empirismo inglês estava reconhecido na Europa como uma proposta alternativa moderna ao escolasticismo aristotélico.

Precisamente pelo prestígio alcançado por Hume e pela consagração do empirismo inglês, surgem desvios suscitados pela Escola Escocesa (ou do senso comum) com Thomas Reid e pela Escola Utilitarista, com Jeremy Bentham. A primeira envolvia um certo distanciamento da ciência, o que destoava da tradição precedente; e a segunda preocupou-se mais com as ciências morais. Coube a John Stuart Mill marcar o retorno à proposta inicial, com a valorização da indução, cuja consistência é garantida pela observância de regras por ele fixadas.

Quanto ao exame da filosofia inglesa no século XX, consideramos Alfred Ayer (1910-1989) e Karl Popper (1902-1994) como os mais representativos. Ayer distingue os enunciados lógicos dos enunciados empíricos; os segundos devem ser conhecidos pelos fenômenos que representam, podendo ser reproduzidos em laboratório, ao passo que os primeiros são tautológicos. Por sua vez, Popper é fiel ao espírito antimetafísico e de valorização da experiência. Embora nascido em Viena, Popper, devido à guerra, emigrou primeiro para a Nova Zelândia e depois para a Inglaterra, onde viveu mais da metade de sua vida. As teses de Popper giram em torno da verificabilidade das teorias científicas. Uma teoria é científica se puder ser refutada. As idéias de Popper superam as simplificações nascidas da popularização da ciência e revelam o verdadeiro sentido e a profundidade da filosofia inglesa.

Característica, portanto, da filosofia inglesa é a valorização da experimentação.

2.2 Filosofia Alemã

Uma questão que marcou muito a filosofia alemã no século XVIII foi a proposta leibniziana de *novo sistema*. Ao contrário dos ingleses que cuidariam de substituir Aristóteles, Leibniz (1676-1716) ambiciona um novo sistema como continuação da Escolástica, contentando-se em atualizá-la e assim proporcionar aos protestantes um sistema filosófico à semelhança do sistema escolástico dos católicos. Seus textos foram sistematizados por Christian Wolf, professor universitário que conseguiu que a proposta leibniziana fosse adotada na Universidade alemã. Por isso é conhecido como sistema *Leibniz-Wolf* e penetrou tanto na mentalidade dos professores, a ponto que a crítica kantiana não conseguiu desbancá-lo, o que somente seria alcançado pelo movimento que suscitou e que se chamou de idealismo alemão.

Kant (1724-1804) seria o grande crítico do sistema Leibniz-Wolf, que batizou de metafísica dogmática. Valendo-se da descoberta de Hume, que estabeleceu uma distinção entre relações de idéias e relações de fatos, Kant estabelecerá uma distinção radical entre as coisas como seriam em si mesmas e como aparecem para nós (fenômenos). Em nossa experiência cotidiana, lidamos apenas com os fenômenos.

Essa distinção tem por objetivo evidenciar que os temas clássicos, ressuscitados por Wolf, não podem ser resolvidos discursivamente, com base na argumentação racional. O discurso filosófico tem que estar adstrito à experiência possível. *Assim se estabelece uma nova perspectiva filosófica, um novo ponto de vista último.* Como posso me aproximar da experiência possível? De um modo transcendental. Daí o nome dessa nova perspectiva.

Kant realizou uma obra fundamental, credenciando-se como o maior filósofo da Época Moderna. Contudo, considerava modestamente que a *Crítica* limitava-se a preparar o sistema. Este é que deveria merecer a atenção de seus seguidores, como de fato viria a acontecer, em particular com Fichte.

Finalmente, Hegel realiza a proeza de construir o sistema, como pode-se depreender de suas principais obras: *Fenomenologia do Espírito, Ciência da Lógica e Filosofia do Direito.*

Nos dez anos subseqüentes à morte de Hegel (1831), os seus seguidores dividiram-se em *esquerda* e *direita* hegeliana, dando origem a um período de desorientação e perplexidades. Em 1865, aparece a obra de Otto Leibman, propugnando a volta a Kant, proposição que logo encontra adesão entusiasta de Hémholtz e que irá desembocar no *neokantismo*, ou seja, um novo sistema, corrente dominante na Alemanha graças a Herman Cohen (1842-1918).

Ao longo do século XX, a Alemanha viveu experiências trágicas e traumáticas.

O principal reflexo dessa situação na cultura corresponde à dificuldade para o estabelecimento de linhas de continuidade, mormente porque o grosso da intelectualidade emigrou ou perdeu a vida em decorrência dos conflitos bélico e político. Adicionalmente o país experimentou duas influências externas que muito se refletiam no curso da filosofia.

A primeira delas deveu-se a Franz Brentano (1838/1917), grande estudioso de Aristóteles e da Escolástica, empenhado na recuperação da perspectiva transcendente, que encontrou em Edmund Husserl um discípulo notável. O projeto de Brentano era o de salvar a filosofia do que entendia ser expressão de decadência, proveniente do relativismo subjacente ao idealismo alemão e ao ceticismo de Hume. Husserl encontrou um caminho original e muito bem sucedido para alcançar os resultados pretendidos pelo mestre. Da sua investigação deriva a filosofia de Heidegger. E, assim, uma influência externa teve na Alemanha grande fortuna através da fenomenologia e do existencialismo. Nem por isto deixa de ser um desvio de rota porquanto a busca de um sistema, preservada a perspectiva transcendental, teve prosseguimento.

A segunda influência externa provém do marxismo. Este originou-se tanto na Alemanha como na Europa Ocidental, mas acabaria sendo apropriado pelos russos, transformando-se num instrumento de política externa a serviço da expansão do império soviético. Por esse caminho – como se pode concluir facilmente do confronto de sua expressão teórica com aquilo que Mondolfo chamou de “marxismo ocidental” – desinteressou-se da problemática direção da cultura.

Característica da filosofia alemã é, portanto, a persistência na elaboração de sistema, disso resultando a nova perspectiva, a transcendental.

2.3 Filosofia Francesa

O sentido marcante da filosofia francesa é a prevalência do racionalismo. A filosofia francesa teve duas direções fundamentais de pensamento: uma de tipo cartesiano, racionalista, e a outra de tipo pascalino, intuicionista.

René Descartes é o iniciador do racionalismo, isto é, daquele movimento surgido na Época Moderna que apostou na Razão e, em nome dessa aposta, cometeu não poucos exageros.

Inspirando-se na obra de Descartes, Malebranche (1638/1715) publicou um grande número de textos em que transforma o cartesianismo em espiritualismo.

Da radicalização do cartesianismo resulta o cientificismo e da radicalização do espiritualismo de Malebranche temos o intuicionismo de Pascal. A tentativa de reunir as duas direções, o cartesianismo e o espiritualismo, no movimento denominado de Espiritualismo Eclético caracteriza a proposta de *racionalismo equilibrado*.

O cientificismo caracteriza-se pela crença na possibilidade da sociedade racional. Essa crença marcaria em definitivo o triunfante racionalismo francês. Seu triunfo somente seria contestado no breve interregno em que o ecletismo espiritualista, tornado uma espécie de filosofia oficial, dissociou a filosofia da religião, sem hostilizá-la; conseguiu restaurar a Universidade como entidade laica (vale dizer plural); e aconselhou a preferência por um sistema político que buscasse harmonizar o conflito social, sem a ilusão de conseguir eliminá-lo.

Contudo, a proposta de racionalismo equilibrado não vingou pela mão do Ecletismo.

Com a Revolução de 1848 inicia um novo ciclo de exacerbação do racionalismo, com pretensão abertamente confessada de suprimir a pessoa humana, pela mão do estruturalismo, ou de nela suscitar uma revolta sem bandeira, precipitando-a no niilismo, como se dá no existencialismo sartreano e no franco irracionalismo das últimas décadas.

Ao longo do período verifica-se também a busca constante do racionalismo equilibrado, que, talvez, corresponda ao que há de autêntico e específico na filosofia francesa. O processo de sua constituição abrange, a rigor, cerca de 150 anos, a partir de meados do século XIX. Suas notas distintivas poderiam ser resumidas como segue.

Em primeiro lugar, assume a tradição racionalista que é, sem dúvida, uma dimensão inelutável e a contribuição maior da França desde Descartes.

Em segundo lugar, procura recuperar o entendimento que se formou na França acerca do kantismo, desde Mme. de Stäel e Villers, no início do século XIX, passando pelos cursos de história da filosofia ministrados por Cousin, adequando aquele entedimento de modo a torná-lo apto a fornecer o parâmetro capaz de permitir a valorização das criações do espírito, sem o risco de cair no espiritualismo. Este perdeu a sua razão de ser na medida em que os católicos conseguiram fazer, desde as últimas décadas do século XIX, com que a

tradição escolástica lograsse conviver com a ciência moderna.

Em terceiro lugar, consolida a autonomia da filosofia, evitando que seja caudatária da política ou da religião.

Finalmente, deixa de considerar que o racionalismo seja obrigado a hostilizar a religião, admitindo não só a convivência com o mistério mas reconhecendo no culto do sagrado uma dimensão inelutável da pessoa humana.

Esse conjunto de proposições não saiu pronto e acabado da cabeça de nenhum dos grandes filósofos que, desde Renouvier a Ricoeur, passando por Brunschvicg, Poincaré e Aron, procuram construir o que seja a contribuição efetiva da França à Filosofia Moderna, ou seja, que o racionalismo equilibrado pode ser considerado como aquele que há de típico e singular na Filosofia Francesa.

2.4 Filosofia Italiana

A filosofia italiana pode ser considerada como filosofia da cultura.

Em comprovação dessa hipótese, esbarramos com a tese de Bertrando Spaventa (1817-1883) segundo a qual a filosofia de Hegel, contida na *Fenomenologia do Espírito*, seria a filosofia italiana do século XVII que voltava, através da Alemanha, para novamente radicarse em seu solo próprio. Nesse contexto, a obra de *Giambattista Vico* (1668-1774) equivaleria ao momento anterior privilegiado.

Bertrando Spaventa (1817-1883), fundador do neidealismo italiano, destaca-se na cultura italiana do "Risorgimento", devido à sua interpretação do pensamento hegeliano, à análise que faz de toda a tradição filosófica italiana e à crítica severa que fez ao positivismo.

A validade da hipótese de Spaventa, de uma grande continuidade do interesse da meditação italiana pela cultura ou criação humana, pode ser comprovada mediante a análise do hegelianismo de Croce e Gentile.

O pensamento de Giovanni Gentile gira em torno de dois princípios: 1. Nada se pode pressupor ao pensamento: o objeto converte-se no sujeito; 2. O pensamento não é objeto, pensamento pensado, mas pensamento pensante, pensamento em ato. Pensamento e ser, portanto, identificam-se e a filosofia não é um grau do Espírito, mas todo o Espírito.

No pensamento de Benedetto Croce, por sua vez, os diversos graus do Espírito acham-se entrelaçados, constituindo uma espécie de círculo em que as diversas formas apóiam-se nas demais e ao mesmo tempo se complementam. Dessa forma, Croce tenta continuamente estabelecer uma síntese entre vida e pensamento, visto que só a plenitude do pensar pode dar sentido à vida.

A principal conclusão da fase que engloba a meditação de Spaventa, Croce e Gentile – aos quais poder-se-ia agregar Rodolfo Mondolfo – seria a de que *a filosofia é a ciência da realidade espiritual*, realidade essa que é identificada com a cultura.

3 Em que consiste a universalidade da filosofia

Da caracterização precedente verifica-se que a Filosofia Contemporânea representa desfecho de certa

forma inusitado da Filosofia Moderna. Como vimos, formaram-se filosofias nacionais muito diferentes umas das outras. Não só na Inglaterra, como na França ou na Alemanha, em certos momentos da mencionada evolução, chegam a aparecer pensadores que supõem que somente o seu modo de filosofar seria legítimo. A filosofia analítica inglesa é, por certo, o caso extremo. Mas neokantianos alemães e estruturalistas franceses também manifestaram idêntica pretensão.

Torna-se, portanto, inevitável a pergunta: desapareceu a universalidade da filosofia e esta consiste apenas numa forma de elucidação conceitual ou dispõe de algum conteúdo positivo universal?

Entendo que a perplexidade advém do fato da radicalização dos remanescentes da Escolástica na sua recusa da ciência moderna. Essa posição fomentou o empenho em encontrar saídas, tomando por base o mesmo diapasão, isto é, o sistema. A crise na Igreja Católica serviu para acirrar os ânimos. Assim, a Filosofia Moderna caracteriza-se basicamente pela busca de sistemas alternativos. Embora diversos, os sistemas emergentes lograram constituir uma espécie de tessitura universal, em determinados ciclos históricos. O cartesianismo interessou a pensadores dos diversos países, o mesmo ocorrendo, sucessivamente, com o empirismo, com o kantismo, com o hegelianismo e com o positivismo.

Se admitirmos que o ponto de partida da Filosofia Contemporânea consiste nos diversos movimentos em prol da superação do positivismo, verificamos que o neokantismo, vitorioso na Alemanha na altura da Primeira Guerra, já não interessou à França. Parecia que, ali, o positivismo seria superado pelo que depois se chamou de "reação espiritualista", o que não vingou. Os textos da Escola de Marburgo sequer foram traduzidos ao francês. À primeira vista, a descendência do neokantismo, como a fenomenologia e o existencialismo, teriam melhor fortuna, no início do segundo pós-guerra. Mas a recusa pública de Heidegger da interpretação de seu pensamento realizada por Sartre reduziu de muito essa expectativa, embora nem todos se tenham dado conta de que se tratava de uma disputa entre filosofias nacionais.

O sucesso da fenomenologia seria devido em grande medida à espetacular transferência dos arquivos de Husserl para a Universidade de Louvaina. Houve, certamente, em muitos países, movimentos fenomenológicos. Mas estiveram muito longe de construir um sistema filosófico unificador em nível ocidental. Ambos, Husserl e Heidegger, transformaram-se em autores clássicos com os quais figuras destacadas das filosofias nacionais mantêm diálogo, sem que se trate de que influam no sentido de superar a predominância daquelas.

Em síntese, contemporaneamente não há mais sistemas filosóficos, isto é, propostas filosóficas que se proponham abrigar em seu seio a totalidade do saber.

Tentar estabelecer um sistema com propósitos tão amplos levaria, face ao atual estágio do conhecimento humano, a uma unidade superficial. Vários campos do saber, inevitavelmente, não estariam nele representados. No esclarecimento desta questão, utilizamos algumas idéias de Nicolai Hartmann. Hartmann distingue os

sistemas construtivos dos sistemas problemáticos. Os primeiros trabalham com um esquema antecipado do nexa do mundo e só aceita aquilo que a ele corresponda. Os outros fazem do problema e da investigação continuada a mola do filosofar. Exemplo de quem adota esta atitude interrogativa é Platão, que, na interpretação de Hartmann, tem como essencial antes a dúvida que o saber consolidado. As dificuldades da adoção deste modelo aberto à especulação resumem-se a três: 1) a impaciência natural do homem, que para tudo quer solução rápida; 2) a crença de que os problemas que não se podem resolver são inúteis; 3) a confusão existente entre conteúdos problemáticos e atitudes problemáticas; os primeiros mudam com o passar do tempo e as segundas estimulam pensar as questões de sempre. A percepção do aspecto problemático, que alimenta a investigação, pode ser aperfeiçoada se nos voltamos para o que sobre o assunto escreveu Rodolfo Mondolfo. Para ele, o filosofar nasce dos eternos problemas metafísicos que a humanidade sempre considerou. O esforço do investigador é proporcional à clareza e à adequação da formulação do problema, que constitui o objeto da indagação. No que tange às conquistas da razão, observa Mondolfo, embora o filósofo busque verdades eternas, apenas alcança verdades parciais, pois a razão humana é histórica ou temporal. A dificuldade inerente aos sistemas é que neles a criação humana toma um ar de permanência. Sendo temporal a razão, ela trabalha com pequenas e parciais conquistas, o que nos torna devedores de todos os homens que no passado, de algum modo, contribuíram para o nível de esclarecimento que hoje possuímos.

Pode-se perceber que os grandes historiadores da filosofia, Nicolai Hartmann e Rodolfo Mondolfo, incumbiram-se de proclamar a morte dos sistemas. Adicionalmente, ambos estabeleceram que a perenidade da filosofia se constitua através de problemas.

Outro passo importante seria dado por Miguel Reale (nascido em 1910) ao indicar que caberia dissociar dos sistemas as perspectivas filosóficas a partir das quais buscou-se constituí-los.

O atual estágio de amadurecimento do filosofar nos permite falar em pelo menos duas perspectivas filosóficas: a transcendente e a transcendental. A primeira trabalha com a crença de que além dos fatos empíricos existem paradigmas ideais, modelos eternos e estáticos, que explicam e fundamentam o fenomênico. Em contrapartida, a perspectiva transcendental considera que não há valores em si, desvinculados do processo histórico e da experiência. A primeira perspectiva tem Platão como representante mais destacado, a segunda se apóia em Kant. Esclarecemos que a escolha de uma perspectiva não invalida a outra, a experiência atual revela que elas convivem na história da filosofia.

Finalmente, abordando o tema da Filosofia Italiana, referimo-nos a Bertrando Spaventa que considera as Filosofias Nacionais na Europa como momentos

particulares do desenvolvimento da filosofia moderna nas diferentes nações. E continuando sobre o assunto afirma: “Há um falso conceito de originalidade; opina-se que para ser original é necessário romper com a realidade e com o processo histórico, para fazer tudo *ex novo*. Pode-se perfeitamente ser original mantendo a relação com a história, desde que não se cometa o erro de ser simples repetidor.”

Semelhante é o pensamento de Aquiles Côrtes Guimarães, que, ao tratar da filosofia francesa define-a como “conjunto da produção do pensamento no espaço geográfico correspondente, quer na sua manifestação originária, isto é, naquilo em que ela se mostrou capaz de contribuir para o avanço na solução de problemas postos ao homem, quer no redimensionamento de questões suscitadas por pensadores de outros países, notadamente da Alemanha. Decorre daí a constatação óbvia de que a filosofia transcende às nacionalidades.

Se o homem é universal – independente do tratamento antropológico que se dê a esta questão – universal será a filosofia. Mas como delimitar os campos para podermos continuar investigando a natureza das *filosofias nacionais*? Creemos que isto seria possível a partir do enfoque da questão no universo das temáticas suscitadas pelo homem, qualquer que seja o lugar da sua proveniência.

Nenhum tema filosófico pode ser reduzido ao campo geográfico, frente à inelutável exigência da universalidade. Podemos chegar a uma caracterização da filosofia francesa e brasileira pelo conjunto de temas que constituem a sua preocupação e não pela busca de *originalidade*. A filosofia só é original quando é originante, isto é, quando produz o efeito de levar o homem a aprofundar a interrogação sobre a sua própria proveniência na qual está envolvida a história da metafísica. E isto é feito em todas as partes do mundo onde floresce a meditação filosófica.

A historicidade da filosofia decorre da própria historicidade do sujeito pensante. Portanto, o conjunto de temas que constituem a preocupação dominante em cada país será sempre substituído por outros modos de pensar, frente à historicidade do homem.

Em outras palavras, o problema não pode ser colocado em termos de oposição e exclusão, filosofia universal *versus* filosofias nacionais; mas em termos de constituição; ou seja, contemporaneamente são as filosofias nacionais (reflexões e investigações suscitadas por problemas filosóficos que marcaram as distintas tradições nacionais) que constituem e formam a filosofia universal, assim como anteriormente eram os sistemas que constituíam o pensamento universal.

Por outro lado, mantém-se a universalidade da filosofia por intermédio das perspectivas filosóficas, que são inelutáveis, do mesmo modo que através dos problemas, a que as diversas filosofias têm dado preferência.

Referência

PROTA, Leonardo. *As filosofias nacionais e a questão da universalidade da filosofia*. Londrina: Ed. UEL, 2000.

